

Maioria da população brasileira aprova e confia no Judiciário PÁGINA 12

GEORGIA BAÇVAROFF



Amagis e TJMG renovam parceria pelo fortalecimento da Justiça

Em reunião realizada no dia 12 de julho, a Diretoria da Amagis e o presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho, renovaram a parceria pelo fortalecimento do Ju-

diciário mineiro e valorização da Classe. Nesse primeiro encontro, o presidente Luiz Carlos apresentou demandas em favor dos direitos da Magistratura.

PÁGINA 3

Diretoria atua em defesa de quinquênios

PÁGINA 4

AMAGIS
Saúde!

20 anos do Integramagis terão edição especial

PÁGINA 13

Associação discutirá RRF com a ALMG

PÁGINA 7

Provimentos terão nova regulação

PÁGINA 5



Rua Albita, 194
Cruzeiro
Belo Horizonte-MG
CEP 30.310-160

Receba informações da Amagis pelo Whatsapp
 (31) 99881-4367

Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista

Amagis busca nova migração previdenciária

PÁGINA 9



CORRIDA DA AMAGIS

28 5 K - 10 K
AGO 3 K (caminhada)

INSCREVA-SE

ResultadoFinal.com/CorridadaAmagis

Como a população, confiamos no Judiciário e na Magistratura

LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS *

Ouvimos por aí, todos os dias, impropérios e ataques à Democracia, ao Judiciário, à Justiça Eleitoral e às urnas eletrônicas, embutindo, numa luta exclusiva pelo poder sem limites e fiscalização, argumentos desprovidos de provas, critérios científicos e da própria razão. Alguns desavisados se deixam influenciar pela mentira de sempre, que, agora, chamam de fake News para mascarar e negar a realidade.

Nós, ao contrário, confiamos muito no compromisso e lisura da Justiça Eleitoral, do Supremo Tribunal Federal, das instituições democráticas e, conseqüentemente, das urnas eletrônicas. Em resumo, acreditamos em nós mesmos enquanto agentes de transformação e pacificação social. E é bom que se diga e repita: não estamos sozinhos e temos comprovação científica do que afirmamos: a maioria da população concorda e aprova.

De acordo o instituto mineiro Quaest, em pesquisa feita entre os dias 11 e 15 de junho, a maioria do povo brasileiro avalia a Justiça Eleitoral positivamente apesar do tiroteio diário contra: 42% aprovam o trabalho do TSE; 37% consideram regular e 15% reprovam.

Outro respeitado instituto, o pau-

lista Datafolha divulgou, no dia 30 de julho, pesquisa que mostrou que 47% dos brasileiros dizem confiar muito na urna eletrônica, enquanto 32% afirmam confiar um pouco. Segundo o instituto, a somatória desses números representa índice de 79% de credibilidade para o sistema; outros 20% disseram não confiar, e 1% não soube opinar.

O país não vai se perder porque alguns insistem em desacreditar as instituições e as conquistas da Carta Magna de 1988, da qual nós, magistrados e magistradas, da 1ª à última Instância, temos o dever de guardiões.

De forma alguma, uma Classe íntegra como a nossa, formada por homens e mulheres comprometidos com o Estado de Direito e a Justiça, irá duvidar de nossas responsabilidades e dignidade, muito menos quando defende suas garantias constitucionais. Parabéns, magistrados e magistradas pelo nosso dia (11 de agosto). Não podemos ter medo. Um juiz ou juíza que não defende os seus próprios direitos e o aperfeiçoamento da Justiça não estaria igualmente capacitado para proteger os direitos do cidadão, o que vem a ser nossa função principal dedicada à paz social.

(*) Presidente da Amagis

“Em resumo, acreditamos no Judiciário e em nós mesmos enquanto agentes de transformação e pacificação social”



PRESIDENTE
JUIZ LUIZ CARLOS
REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA
Juíza **Rosimere das Graças do Couto**

VICE-PRESIDENTE FINANCEIRA
Juíza **Roberta Rocha Fonseca**

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Juiz **Jair Francisco dos Santos**

VICE-PRESIDENTE DO INTERIOR
Juiz **Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro**

VICE-PRESIDENTE
SOCIOCULTURAL-ESPORTIVO
Desembargador **Maurício Pinto Ferreira**

VICE-PRESIDENTE DE
APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Desembargadora **Heloísa Helena de Ruiz
Combat**

DIRETORA-SECRETÁRIA
Juíza **Ivone Campos Guilarducci Cerqueira**

DIRETOR-SUBSECRETÁRIO
Juiz **Evandro Cangussu Melo**

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
Juíza **Daniela Cunha Pereira**

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bruno Gontijo •
Mtb - MG: 11008

JORNALISTAS
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.100 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

➡ Clique na notícia para abrir a página desejada

DECISÃO

DIRETORIA APRESENTA DEMANDAS DA MAGISTRATURA AO PRESIDENTE DO TJMG .03

PRESIDENTE REQUER AO TJ INFORMAÇÕES SOBRE QUINQUÊNIOS POR TEMPO DE SERVIÇO .04

ASSOCIAÇÃO ESTUDARÁ NOVA REGULAÇÃO DE PROVIMENTOS COM O TJMG .05

DIRETORIA APRESENTA POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO TJ .06

RECUPERAÇÃO FISCAL DEVERÁ SER DEBATIDA COM A DIRETORIA DA ALMG .07

PRESIDENTE ATUA POR NOVO PRAZO DE MIGRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA .09

DIRETORIA ANALISA ESTATUTO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DA AMAGIS .11

BRASILEIROS APROVAM E CONFIAM NO JUDICIÁRIO, APONTA PESQUISA .12

ASSOCIAÇÃO CELEBRARÁ OS 20 ANOS DO ÍNTEGRAMAGIS COM EDIÇÃO ESPECIAL .13

DESAFIOS DA JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA .14

AMAGIS DISCUTE COM O BNDES APOIO A PROJETOS SOCIAIS DA MAGISTRATURA .15

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .16

PRESIDENTE RECEBE DIRIGENTES DO TJMG NA ASSOCIAÇÃO .17

MAGISTRADOS UNEM TEORIA E PRÁTICA EM SALA DE AULA .23

SAÚDE

GERIATRIA VISA AO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL .31

REGULARIDADE PODE GARANTIR TRIUNFO NA 1ª CORRIDA DA AMAGIS .32

Diretoria apresenta demandas da Magistratura ao presidente do TJMG

GEORGIA BAÇVAROFF



A Diretoria da Amagis reuniu-se pela primeira vez, no dia 12 de julho, com o presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho, após a posse dele, renovando a parceria institucional entre a Associação e o TJ. Na ocasião, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, apresentou pleitos da Classe referentes às parcelas de URV e PAE, limites remuneratórios e condições especiais de trabalho a magistrados(as) com deficiências.

O presidente José Arthur ressaltou a importância da harmonia entre as duas instituições, observou que a Amagis apresenta as solicitações da Magistratura da maneira mais correta e que toda melhoria contribui para a prestação jurisdicional. “Mais uma vez reiteramos e ratificamos que o TJMG está irmanado com os magistrados. Esse diálogo interinstitucional é de fundamental importância e vamos mantê-lo em altíssimo nível. Somos todos magistrados e precisamos estar juntos”, afirmou.

Segundo o presidente Luiz Carlos, o propósito da Diretoria da Amagis é contribuir com o Judiciário a partir de um contato estreito, transparente e respeitoso com a atual Direção do TJMG. “O desembargador José Arthur conhece muito bem o Tribunal, é sensível às questões da Magistratura e quer acima de tudo distribuir a melhor Justiça ao povo mineiro. Hoje isso foi confirmado mais uma vez”, disse.

O presidente da Amagis observou que, além de receber todas as reivindicações, o presidente do Tribunal já conhece alguns dos pleitos da Classe, e

Presidentes Luiz Carlos e José Arthur reafirmaram a parceria entre a Amagis e o TJMG

garantiu que irá analisar todas as solicitações feitas. “O presidente do TJMG é uma pessoa muito sensível às questões da Magistratura mineira e está atento a todas elas”, reforçou Luiz Carlos.

REQUERIMENTOS

Entre os requerimentos apresentados pela Associação, está o pedido de entrega das planilhas referentes às parcelas de URV e PAE, para estudo de possíveis direitos dos magistrados. Também foi en-

tregue um ofício solicitando a participação do Tribunal em acordo para pagamento administrativo de valores referentes ao desconto indevido de Imposto de Renda sobre juros de PAE e URVs. O presidente Luiz Carlos informou ao desembargador José Arthur sobre os andamentos das ações que dizem respeito à repetição de indébito tributário.

A Diretoria da Amagis apresentou ainda propostas de alterações na resolução 1000/2022, do TJMG, que

dispõe sobre as condições especiais de trabalho a magistrados (as) e servidores (as) com deficiência, ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes na mesma condição, conforme discussão na reunião da Coordenadoria de Proteção e Apoio à Pessoa com Deficiência, realizada em 8 de julho.

O presidente da Associação também entregou ao presidente do Tribunal cópia de requerimento da Amagis e parecer do juiz aposentado Carlos Roberto Loiola sobre decisão proferida pelo STF na ADI 3854, que se refere ao direito de recebimento da diferença dos valores aplicados pela Lei estadual 16.116, de 2006, que fixou os limites remuneratórios dos magistrados estaduais em desobediência ao teto unitário da Justiça brasileira.

No dia 3 de agosto, os presidentes Luiz Carlos e José Arthur voltaram a se reunir, para discutir a implementação de direito dos magistrados e magistrados, apresentados na primeira reunião entre a Amagis e TJMG.

“Mais uma vez reiteramos e ratificamos que o TJMG está irmanado com os magistrados. Esse diálogo interinstitucional é de fundamental importância e vamos mantê-lo em altíssimo nível. Somos todos magistrados e precisamos estar juntos”

Desembargador José Arthur Filho
Presidente do TJMG

“O presidente do TJMG é uma pessoa muito sensível às questões da Magistratura mineira e está atento a todas elas”

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

Presidente requer ao TJ informações sobre quinquênios por tempo de serviço

No dia 26 de julho, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, encaminhou, ofício ao presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho, com solicitações sobre a incidência de quinquênios nos subsídios da Magistratura do Estado, respeitando o teto constitucional dos ministros do STF.

O pedido foi tema de reunião do presidente da Associação e a vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, desembargadora Heloisa Combat, no dia 8 de julho, com os juízes Marli Maria Braga e Cláudio Figueiredo, integrantes da Coordenadoria de Aposentados e Pensionistas, quando foi discutida iniciativas de valorização dos aposentados e pensionistas, entre elas o recebimento dos quinquênios, legitimamente havidos até a data da Emenda Constitucio-



Direitos de aposentados e pensionistas são pauta permanente da Amagis

nal 41, de 2003. O ouvidor da Amagis, juiz Auro Aparecido Maia, e o gerente do Departamento Jurídico da Associação, José Eduardo Vecchi, também participaram da reunião.

No documento, o presidente da Amagis solicitou a identificação de magistrados e pensionistas

com direito ao quinquênio por tempo de serviço, a apresentação dos créditos para aqueles que tenham esse direito, e a implementação dos quinquênios, observado o teto remuneratório, a fim de impedir o passivo a que magistrados e pensionistas têm direito. No dia 1º de agosto, o tema voltou

a ser discutido pela Diretoria da Associação, em reunião da qual também participou o juiz aposentado Carlos Roberto Loiola, que juntamente com o desembargador Dídimo Inocêncio de Paula, irá atuar por soluções capazes de atender aos interesses de magistrados e seus sucessores.



ELEIÇÕES 2022

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, reuniu-se, no dia 21 de julho, com a presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Larissa Rodrigues Amaral, para conversar sobre garantias aos juízes e promotores que atuarão nas eleições deste ano. Também participaram da reunião, o ouvidor da Amagis, juiz Auro Aparecido Maia, e o diretor-financeiro da AMMP, José Silvério Perdigão.

CNMP

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, no dia 28 de julho, o conselheiro Jaime de Cassio Miranda, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que estava acompanhado dos promotores de Justiça auxiliares do Conselho Henrique Macedo e Paula Moraes de Matos. Também participaram do encontro, os representantes da FBAC, Tatiana Faria (diretora executiva), Paulo Márcio Bragança de Matos, Tomaz de Aquino e Valdeci Ferreira (ex-diretor) e o gerente de projetos do Instituto Minas pela Paz, Enéas Melo.

GEORGIA BAÇVAROFF



DEFESA DA MAGISTRATURA

APERFEIÇOAMENTO

Associação estudará nova regulação de provimentos com o TJMG

Foi instituída, no dia 21 de julho, a comissão da Associação que participará, com o TJMG, dos estudos para a nova regulamentação do provimento dos cargos da Magistratura mediante promoção, remoção e permuta.

Na ocasião, o presidente Luiz Carlos ressaltou a importância da matéria para a Classe e saudou a disposição do presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho, ao diálogo ao contar com a participação da Associação nos estudos que serão realizados.

De acordo com a portaria da Amagis, os membros da Comissão contarão com o apoio de todos os departamentos da Associação para os trabalhos. Foram designados o desembargador Fábio Torres de Souza (presidente), e os (as) juízes (as) Renata Cristina Araújo Magalhães (secretária), Flávia Birchal, Aloysio Libano de Paula Júnior e André de Melo e Silva. Eles ficarão encarregados da organização, análise e propostas recebidas pela Amagis.

A vice-presidente Administrativa, juíza Rosimere das Graças do Couto, e o vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco dos Santos, participaram da reunião que definiu as atribuições e indicações para a comissão da Amagis.



Rosimere do Couto, Luiz Carlos e Jair Francisco



DEFESA DA MAGISTRATURA

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Diretoria apresenta políticas para pessoas com deficiência ao TJ

A Diretoria da Amagis apresentou, no dia 12 de julho, as primeiras propostas ao TJMG sobre as condições especiais de trabalho a magistrados (as) com deficiência ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes na mesma condição (saiba mais na página 3).

As propostas foram elaboradas durante a reunião da Diretoria com a Coordenadoria de Proteção e Apoio à Pessoa com Deficiência, no dia 8 de julho, quando foi analisada a resolução 401, de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A norma dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário.

A Amagis sugere mudanças

na resolução 1.000, de junho de 2022, do TJMG, que trata das condições especiais de trabalho. Entre as propostas de alteração parcial da resolução do Tribunal, está a que altera o limite de 60 quilômetros da distância permitida entre a residência do magistrado e a sede da comarca. A Associação propõe a possibilidade de ser dada autorização para distâncias maiores do que as existentes para deslocamento dentro do Estado, mediante justificativa fundamentada e a depender do caso concreto. A Diretoria da Amagis também defende a realização de audiências por videoconferência, desde que não haja prejuízo às partes.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, o vice-presidente de Saú-

GEÓRGIA BAÇVAROFF



Diretores da Amagis durante reunião virtual da AMB

de, juiz Jair Francisco dos Santos, o juiz Christyano Generoso e a juíza Raquel Agreli, ambos integrantes da Coordenadoria, também participaram da apresentação dos resultados do 2º

Censo de Magistrados da AMB, promovido pela Diretoria de Política Institucional e de Apoio a Magistrados com Deficiência ou Filhos e Dependentes, da Associação nacional.

PARCERIA FORTALECIDA

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, no dia de 5 julho, na sede da Associação, o presidente do TCE-MG, conselheiro Mauri Torres, em retribuição à visita da Diretoria da Associação ao Tribunal em junho. O juiz Auro Aparecido, ouvidor da Associação, os desembargadores Tiago Pinto e Octavio Boccacini, vice-presidente do TRE-MG e diretor de Patrimônio da Amagis, e o chefe de gabinete do TCE-MG, Gustavo Milano, também participaram do encontro.

GEÓRGIA BAÇVAROFF



LÍNEA
ODONTOLOGIA COMPLETA

CONDIÇÕES ESPECIAIS!

Dr. Antônio Miguel da Silveira

(31) 99693-2367 @lineaodonto lineaodonto.com.br (31) 3221.8470

Av. do Contorno, 4849 - Funcionários, Belo Horizonte - MG

IMPLANTES
HARMONIZAÇÃO FACIAL
FACETAS
RESINAS
PERIODONTIA E DEMAIS ESPECIALIDADES

RT Dr. Antônio Miguel CRO-MG 5044 | EPMO-M 815

DEFESA DA MAGISTRATURA

ATUAÇÃO CONJUNTA

Recuperação Fiscal deverá ser debatida com a Diretoria da ALMG

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e a vice-presidente Administrativa da Associação, juíza Rosimere do Couto, receberam, no dia 11 de julho, representantes de sindicatos e associações de classe de Minas Gerais, para discutir a repercussão da adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal do Governo federal.

Durante a reunião, os dirigentes avaliaram os possíveis efeitos da recuperação fiscal, linhas de atuação em defesa das carreiras de Estado e do conjunto do funcionalismo público estadual, e definiram que irão se reunir com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)

para conversar sobre o tema.

De acordo com o presidente da Associação, a ALMG poderá arguir, judicialmente, decisão liminar do STF favorável ao Governo de Minas, proferida no dia 7 de julho, para melhor o compreender o alcance da adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal. “A atuação conjunta é importante para fortalecermos a defesa dos direitos e interesses da Classe”, avaliou Luiz Carlos.

Participaram da reunião, o deputado Subtenente Luiz Gonzaga Ribeiro e representantes do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais (Sindifisco-MG), da As-

GEÓRGIA BAÇVAROFF



Atuação conjunta fortalece defesa dos interesses das classes

sociação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais (Affemg), Clube dos Oficiais da PMMG, Associação dos Praças da PMMG e BMMG, Associação dos Oficiais da PMMG e BMMG, Instituto do Centro Social dos

Cabos e Soldados, Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais (Sindepominas), Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais (Adepol-MG) e Sindicato dos Delegados de Minas Gerais.

PARCEIRO AMAGIS

5 razões para investir e morar em Portugal

Localização: voo direto Belo Horizonte / Lisboa

Qualidade de vida

Média de 300 dias de sol por ano

Benefícios fiscais

Crescimento e oportunidades no Turismo

Maia
INTERNATIONAL

Acesse o QR code e conheça todos os imóveis



First Avenida

Liberdade, Lisbon

€ 590.000

1 Quarto + Escritório

72m²



Trigo

Alfama, Lisbon

€ 710.000

€ 730.000

2 Quartos

121m²



Unique Belém

Belém, Lisbon

€ 990.000

€ 1.750.000

2 e 3 Quartos e cobertura

126 a 146m²



Praia do Sal

Alcochete

€ 360.000

€ 560.000

1 e 2 Quartos

58 a 84m²



BRASIL

R. Tomaz Gonzaga 802/ 1001 - Belo Horizonte 31 99616 4892

PORTUGAL

Av. Liberdade 240/2 Piso - Lisbon +351 913 777 197

maiaip.com

Info@maiaip.com

IMOBILIÁRIA



RE/MAX

CRECI 5853-J

JUS

Você sabia

que existe uma agência da RE/MAX, a maior rede imobiliária do mundo, presente em mais de 118 países, com atendimento exclusivo para os magistrados?

Somos um escritório imobiliário especializado na compra e venda de imóveis na região centro-sul de BH.

Estamos localizados em um dos andares corporativos do prédio da Amagis, bem aqui no coração da zona sul, no bairro Cruzeiro.

"Como empresário do mercado imobiliário, sei de toda deferência e discrição que a classe demanda" enfatiza Leonardo Abud, Broker/Owner da RE/MAX JUS e filho do saudoso desembargador José Carlos Abud.

Se você quer vender ou comprar um imóvel, fale conosco! Temos um time de especialistas à disposição para melhor atendê-lo.



FONE: 31 99662-3378 / 31 3586-8858

Rua Albita, 194 - Sala 504 - Cruzeiro - Belo Horizonte/MG
leonardoabud@remax.com.br

Presidente atua por novo prazo de migração previdenciária

GEÓRGIA BAÇVAROFF

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, no dia 14 de julho, o presidente da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (Prevcom), Armando Quintão Bello, para discutir a possibilidade de reabertura de novo prazo para os magistrados optarem pela migração de regime previdenciário. O juiz aposentado Noelho Adelino Machado participou do encontro.

A criação do benefício especial de migração para o regime complementar de Previdência foi uma conquista da Associação para a Classe, aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), e sancionada pelo governador Romeu Zema, em 23 de julho de 2021. Com essa medida, os magistrados nomeados antes de 2015 tiveram quatro meses para optar pela adesão ou não ao novo regime



Luiz Carlos, Noelho Adelino Machado e Armando Quintão Bello

previdenciário. Nesse período, a Amagis promoveu lives e mais de 400 consultorias jurídicas para orientar os associados.

O presidente da Amagis tem feito gestões junto aos parlamentares e ao presi-

dente da ALMG, deputado Agostinho Patrus, e ao Governo do Estado com objetivo de possibilitar a reabertura do prazo a fim de que os magistrados tenham mais tempo para avaliar a mudança.

Saiba como viver de renda e sem pagar imposto

Fazer o seu dinheiro trabalhar para você, conquistando independência financeira e outros objetivos de vida é um sonho que pode ser alcançado. Uma forma de realizar o sonho de viver de renda passiva, com o rendimento financeiro obtido sem aumentar o seu esforço de trabalho, é aplicar em Fundos de Investimento Imobiliários (FIIs).

Os fundos imobiliários são uma forma de investir em imóveis, sem a necessidade de comprá-los diretamente. Os investimentos podem ser direcionados a empreendimentos imobiliários, como shoppings, hospitais, prédios comerciais, lajes corporativas ou até mesmo ativos como CRIs (Certificado de Recebíveis Imobiliários).

Na prática, podemos dizer que os FIIs são formados por um conjunto de investidores que reúnem seus recursos por meio de cotas, cujos preços são marcados a mercado, ou seja, tem seu preço negociado em Bolsa diariamente. O investidor é remunerado pela valorização dos preços das cotas e tem o direito de receber rendimentos em forma de dividendos, de acordo com o valor aplicado.

Um dos principais atrativos dos fundos imobiliários é sua natureza de distribuição de dividendos, uma vez que os FIIs são obrigados a distribuir até 95% de seus rendimentos aos cotistas.

Há fundos imobiliários que chegam a distribuir mais de 16% ao

ano aos cotistas, superando a marca de 1% ao mês. E o melhor é que os dividendos pagos mensalmente estão isentos de Imposto de Renda.

Atualmente, existem mais de 400 fundos imobiliários, que somam um patrimônio de quase R\$ 80 bilhões.

Para escolher a melhor estratégia de investimento, ou seja, os imóveis e ativos imobiliários mais rentáveis entre as milhares de opções existente no mercado, é fundamental contar com uma assessoria especializada.

Cabe a esse profissional apresentar ao cliente as informações sobre cada fundo, ajudar na montagem da carteira e, principalmente, ficar de olho no desempenho na carteira do fundo imobiliário, monitorando constantemente a evolução dos preços das cotas, para fazer os ajustes necessários de modo a preservar a rentabilidade dos investimentos. Além disso, o portfólio precisa estar de acordo com o perfil de risco do investidor.

Accesse o QR Code e entre em contato com a gente.



Há 10 anos a CRD Seguros vem proporcionando proteção financeira e familiar aos associados AMAGIS.

CRD
SEGUROS



Previdência Privada

Suas escolhas no presente garantem um futuro tranquilo.



Seguro Viagem

Sua de férias e curta sem preocupações, sua proteção estará assegurada.



Seguro Auto

Tranquilidade e segurança são itens de série.



Consultoria Pessoal

Você foca em suas conquistas e deixa o resto com a gente.

Proteção 360°

A CRD Seguros possui em seu portfólio todas as proteções que você associado AMAGIS e seus familiares precisam para ter uma vida tranquila sem se preocupar com as inevitáveis surpresas da vida.

Perto de você

A CRD Seguros, conta com uma filial dentro da sede da AMAGIS para atendimento exclusivo aos seus associados.

Venha tomar um café conosco e faça um estudo personalizado sem compromisso com a melhor proteção financeira, familiar e patrimonial.

Proteja-se e aproveite o que a vida tem de melhor para oferecer.

CRD
SEGUROS

www.crdseguros.com.br
contato@crdseguros.com.br
0800 404 6868

CRD Filial MG (31) 3568-0477
Ramal AMAGIS (31)3568-3442
WhatsApp (31)99123-4618
Rua Albita, 194 - Bairro Cruzeiro
Sala 403 - 4º Andar - AMAGIS

Diretoria analisa estatuto da Escola da Magistratura da Amagis

GEÓRGIA BAÇVAROFF

Em continuidade ao trabalho de implementação da Escola Superior da Magistratura da Amagis, o presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o ouvidor, juiz Auro Aparecido Maia, reuniram-se, no dia 8 de julho, por meio remoto, com o professor Waldir de Pinho e o juiz Richardson Brant, professor da Unimontes, para analisar o estatuto da futura instituição de ensino.

Waldir de Pinho apresentou algumas considerações sobre o estatuto aos participantes da reunião, submetidas à Comissão de Apoio à Criação da Escola Superior da Magistratura da Amagis, presidida pelo desembargador Kildare Gonçalves Carvalho, da qual o juiz Richardson Brant é integrante.

A criação da Escola da Amagis conta com uma rede de apoiadores, que inclui a



Criação da Escola tem sido debatida entre magistrados e acadêmicos

colaboração de magistrados e acadêmicos, e parcerias com instituições de ensino superior e o grupo editorial Triant lo blanch

Brasil. Além do estatuto, o projeto político-pedagógico da escola também tem sido objeto de discussão na Associação.



FACULDADE IESLA

PROCESSO SELETIVO 2022/2

GRADUAÇÃO PRESENCIAL | À DISTÂNCIA
PÓS-GRADUAÇÃO PRESENCIAL | ONLINE | À DISTÂNCIA
MESTRADO
DOUTORADO
PÓS-DOUTORADO

MATRICULE-SE!

ENTRE EM CONTATO
0800 052 8800 | (31) 99162 - 7864
@IESLA.OFICIAL

IESLA.EDU.BR



Brasileiros aprovam e confiam no Judiciário, aponta pesquisa

Pesquisa da consultoria Quaest realizada entre os dias 11 e 15 de junho, com 1.717 entrevistados, com 18 anos ou mais, de todos os segmentos sociodemográficos do País, divulgada pela revista Justiça e Cidadania em 31 de julho, demonstrou que 52% dos brasileiros aprovam o Judiciário e 42% o TSE.

Perguntados sobre decisões do Supremo, 71% conhecem e avaliam positivamente a vacinação obrigatória de crianças, 53% a tipificação da homofobia e transfobia como racismo, 58% a aplicação da Lei da Ficha Limpa e 85%

concordam com o bloqueio, pelo STF, de contas robôs e de quem cria fake news. Em outra pesquisa, realizada pelo Datafolha, 79% dos entrevistados afirmaram que confiam nas urnas eletrônicas.

Os entrevistados pela consultoria Quaest também opinaram sobre a composição da Corte Superior. Entre eles, 88% acham que o Supremo deve ter mais diversidade étnico-racial e 84% que a quantidade de homens e mulheres no STF deve ser parecida.

Com relação à atuação dos ministros do STF, 81% dos participantes da pesquisa concor-

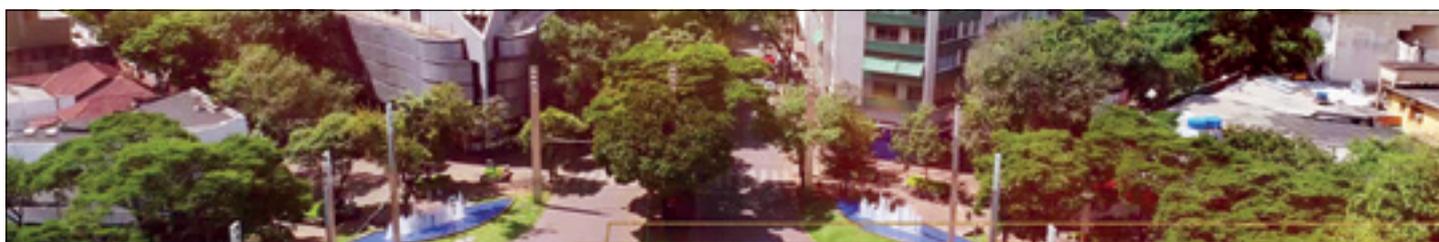
FONTE DA PESQUISA: QUAEST - CONSULTORIA E PESQUISA



dam que os magistrados devem tomar decisões de forma coletiva, 73% que devem ser politicamente neutros e 67% que devem dar opiniões na internet ou para a imprensa.

O estudo da consultoria Quaest tem margem de erro

2,4 pontos percentuais e 95% de confiabilidade. A pesquisa do Datafolha foi feita nos dias 27 e 28 de julho, ouviu 2.556 pessoas em 183 municípios brasileiros, tem margem de erro de dois pontos percentuais, e 95% de confiabilidade.



RIO BRANCO

O CAMINHO DA SUA VIDA PASSA POR **AQUI**

2 SUÍTES
COM 2 VAGAS

80 m²

PROJETO DE GUSTAVO PENNA ARQUITETO & ASSOCIADOS

Morar no principal destino **cultural, comercial, residencial e empresarial** da cidade leva você a usufruir de uma característica única e fundamental: **facilidade**.

Últimas unidades

Confira o nosso desconto no **ITBI exclusivo*** para você, que é associado da **AMAGIS** e deseja adquirir um produto **EPO**.

Conheça mais sobre a **EPO**:

 (31) 99678-4422


epo.com.br/ano30


epo

*Consulte as condições válidas até 31/12/2022. Imagem ilustrativa.

Associação celebrará os 20 anos do Integramagis com edição especial

ARQUIVO AMAGIS

A Diretoria da Amagis celebrará, no dia 18 de agosto, os 20 anos do Integramagis, completados no dia 2 de agosto. Pioneiro nas políticas de prevenção da saúde, o programa, idealizado pelo juiz aposentado José Pedro Mendes do Valle, foi criado em 2002 na gestão do então juiz Doorgal Andrada, cujo vice-presidente de Saúde era, à época, o juiz Tiago Pinto.

Segundo o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, comemorar os 20 anos do Integramagis vai além do incentivo à congregação da Classe. É também uma forma de reconhecimento e valorização da trajetória do associativismo mineiro, cujo fruto é uma Magistratura forte e unida. “Celebrar o Integramagis nos remete não só à história da Associação, pois ao confraternizarmos com magistrados e magistradas, dividirmos nossos anseios e alegrias, nos dá a certeza de que, juntos, temos trilhado o caminho certo”, afirmou.

O vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco do Santos, destacou o pioneirismo do Integramagis, que precedeu programas importantes como Check-up e o Amor à Vida, lançado há 11 anos, no dia 18 de agosto. “O Integramagis, criado com o intuito cultivar uma convivência saudável entre os associados, foi uma importante escola para que a Associação pudesse ter um caso de sucesso para a implementação de novos programas de medicina preventiva”, avaliou.

HISTÓRIA

No biênio 2002-2003, a Amagis passou por mudanças e inovações. Uma delas, como observou o desembargador Doorgal Andrada, que presidia a Associação, foi a reestruturação do plano de saúde. No interior desse



O Amor à Vida, que completa 11 anos neste mês, foi lançado no Integramagis

processo o Integramagis foi criado.

Para o magistrado, uma das razões para a longevidade do programa está no fato de ele unir a Magistratura e sua família. “Na prática, o Integramagis resgata e mantém os necessários encontros das pessoas, valorizando as amizades, resistindo a algumas maléficas mudanças da modernidade, até indo na contramão delas, para manter o que é bom e necessário ao ser humano que é o convívio pessoal”, avaliou.

Segundo o desembargador Tiago Pinto, o Integramagis, proposto pelo juiz José Pedro Mendes do Valle, foi criado após ser identificada, em reuniões da Amagis Saúde, uma repetição sistemática de consultas, em diferentes especialidades, por magistrados aposentados e pensionistas. Diante dessa realidade, a Associação criou o programa, cujo propósito de conhecimento, autoconhecimento e integração

da Classe se mantém até hoje.

Para o desembargador, a realização do Integramagis até os dias atuais pode ser atribuída ao fato de, além de ter do viés educativo, o programa incentiva a confraternização entre a Magistratura. “É um programa voltado à saúde dos associados, que sempre debate temas da higidez, atividades e vida das pessoas, ligado a confraternizações”, disse Tiago Pinto, que destacou o trabalho de Sueli Tréssia, ex-colaboradora da Amagis Saúde.

Hoje aposentado, o juiz José Pedro Mendes do Valle, idealizador do Integramagis, observou que, naquele período, havia uma necessidade muito grande de se promover o conagraçamento entre os juizes da ativa, aposentados e pensionistas. “O juiz, no seu gabinete, não tinha condições de conversar com o magistrado ao lado. Nosso propósito foi o de integrar a Classe, formando uma família jurídica”, defendeu.

“Celebrar o Integramagis nos remete não só à história da Associação, pois ao confraternizarmos com magistrados e magistradas, dividirmos nossos anseios e alegrias, nos dá a certeza de que, juntos, temos trilhado o caminho certo”

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

“O Integramagis, criado com o intuito cultivar uma convivência saudável entre os associados, foi uma importante escola para que a Associação pudesse ter um caso de sucesso para a implementação novos programas de medicina preventiva”

Juiz Jair Francisco do Santos
Vice-presidente de Saúde

DESEMBARGADOR MAURÍCIO SOARES
PRESIDENTE DO TRE-MG



TRE-MG

Desafios da Justiça Eleitoral brasileira

A Justiça Eleitoral completou 90 anos diante de um dos principais desafios de sua história: as eleições gerais de 2022. O presidente do TRE-MG, desembargador Maurício Torres Soares, fala sobre a importância da Justiça Eleitoral para a consolidação da democracia no País, os desafios e preparativos para o pleito deste ano.

A democracia brasileira passa por um período de instabilidade?

Não diria que a democracia brasileira vive um período de instabilidade. Estamos passando por um momento diferente, caracterizado pelo tom mais agressivo das campanhas. Isso não representa de fato uma instabilidade. Estamos caminhando para uma maturidade democrática no País e é natural que haja, nesse caminho, algum percalço, como no momento atual.

As instituições estão consolidadas para lidar com o atual momento?

Com certeza. A Constituição de 1988, como observei em meu discurso de posse, nos trouxe avanços. Entre eles, estão vários instrumentos para que as instituições do País, inclusive a própria democracia, pudessem alcançar mais maturidade.

Estamos diante de riscos?

Avalio que não estamos diante de riscos ao Estado Democrático de Direito. O que teremos pela frente serão confrontos mais áspers, algumas insinuações contra a democracia e a Justiça Eleitoral. Isso não vai comprometer o caminho que temos pela frente para alcançar a plena estabilidade democrática.

Qual o papel da Justiça Eleitoral no atual contexto político?

A Justiça Eleitoral sempre trabalhou e continuará trabalhando para consolidar a democracia e entregar à sociedade, como um todo, eleições confiáveis e limpas. Como tem dito o ministro do STF e ex-presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, quem tem opinião diferente da minha não é meu inimigo. A pluralidade de ideias nos ajuda a construir a democracia. Precisamos do contraponto, da discussão saudável, para que possamos escolher o caminho certo para o País.

Como o senhor avalia as contestações contra as urnas eletrônicas?

Nos últimos anos, questionamentos têm sido

feitos com relação às urnas eletrônicas. Essas dúvidas alcançam pessoas que não têm conhecimento ou não procuraram se informar melhor sobre como o sistema eletrônico de votação funciona. A Justiça Eleitoral sempre apresentou a toda a sociedade o passo a passo das urnas eletrônicas e realiza várias etapas de verificação do sistema de votação. Este ano, especificamente, tomamos o cuidado de ampliar para trinta e três o número de urnas que serão auditadas no dia da votação.

E quando candidatos questionam os resultados das eleições?

É natural que algumas pessoas queiram procurar responsáveis. Atuei em eleições municipais e estaduais, em comarcas do interior, e isso às vezes pode acontecer. O sistema de votação brasileiro já foi colocado à prova, passou por diversas eleições e não há nenhum fato capaz de levantar alguma dúvida sobre as urnas eletrônicas.

Como a Justiça Eleitoral está se preparando para enfrentar as fake news?

O TSE celebrou parcerias com as plataformas de mídia digital para minimizar os efeitos das fake news. A própria estrutura das redes sociais será utilizada para que a Justiça Eleitoral possa prestar esclarecimentos e a sociedade tomar conhecimento do que é falso e do que é verdadeiro. Há uma ou outra mídia renitente em colaborar, mas avalio que a maioria está com boa vontade para cooperar. Pode ter certeza de que, com a ajuda da sociedade civil e da imprensa, vamos levar aos eleitores informações corretas, a fim de promovermos uma eleição justa.

O TRE-MG tem um planejamento para garantir a segurança dos eleitores?

O TRE-MG tem se reunido com o comando da Polícia Militar de Minas Gerais e de outras forças de segurança, fornecendo as informações necessárias, para que elas possam nos ajudar a garantir a tranquilidade e segurança do processo de votação.

Amagis discute com o BNDES apoio a projetos sociais da Magistratura

A Diretoria da Amagis abriu consulta à Magistratura mineira sobre projetos sociais ou de inovação desenvolvidos em suas comarcas, com o objetivo de potencializar as iniciativas. A medida foi tomada após reunião com os advogados do BNDES Leandro de Matos Coutinho, Chefe de Departamento de Gestão e Relacionamento Jurídico do Banco, e Maurílio Dutra, realizada no dia 13 de julho, na sede da Associação.

Depois do encontro, os dirigentes associativos e os advogados visitaram as instalações do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) e puderam conhecer de perto a assistência educacional oferecida às crianças e adolescentes do bairro Mariano de Abreu (Leste de Belo Horizonte).

Para o advogado Maurílio Dutra, o engajamento da Magistratura está inserida numa perspectiva de cooperação com a agenda de ações sociais. “Hoje, o desenvolvimento de políticas públicas, não só no Brasil, mas, no mundo inteiro, está sendo tocado a várias mãos. Não só o Poder Executivo, mas a sociedade civil e outros agentes de Estado estão cooperando com

essa agenda de construção e desenvolvimento social”, afirmou. A visita ao Nutris foi conduzida pela diretora de Ação Social da Amagis, juíza Marli Braga.

APAC FEMININA

No dia seguinte, 14 de julho, os advogados conheceram as instalações da unidade da Apac Feminina de Belo Horizonte. Na visita, o advogado Leandro Coutinho manifestou sua satisfação em conhecer um espaço capaz de propiciar a reinserção social das pessoas apenadas. “Quem de fato descumpriu a lei, que cumpra o que for da pena e possa olhar para a frente com alternativa de vida, de trabalho e de convivência, porque, acima de tudo, o sistema tem de trazer as pessoas de volta para a sociedade”, afirmou.

Participaram da visita, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, o desembargador Tiago Pinto, o juiz Daniel Dourado Pacheco, cooperador na Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte, o juiz aposentado Paulo Roberto da Silva e a diretora-geral da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), Tatiana Flávia Faria de Souza.

IZABELA MACHADO



Nutris oferece apoio social e pedagógico a crianças

TIAGO PARRELA



Luiz Carlos fala sobre a metodologia das Apacs



CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM PROTEÇÃO DE DADOS

CONTROLE PROTEÇÃO SEGURANÇA

+ DE 50 PROJETOS

+ DE 25 ANOS DE EXPERIÊNCIA

SISTEMA EXCLUSIVO DE GESTÃO LGPD

Mais de 50 projetos de adequação LGPD executados.

A HDPO conta com um time de especialistas em implantação de projetos LGPD com mais de 25 anos de experiência em Direito Médico e Gestão de Saúde.

Plataforma on-line que facilita o processo de adequação à LGPD.

hdpo.com.br

(031) 9 8208-9292

contato@hdpo.com.br



INSTITUTO MARIA DA PENHA

ENTREVISTA

MARIA DA PENHA

Violência contra a mulher

No dia 7 deste mês, a sanção da Lei Maria da Penha completou 16 anos. Nesta entrevista especial ao DECISÃO, Maria da Penha Maia Fernandes, cuja luta resultou em mudanças na legislação brasileira e no combate à violência contra a mulher no País, fala sobre sua busca por justiça, os impactos da lei na sociedade, a importância da efetivação das políticas públicas e do Judiciário para pôr fim à opressão contra as mulheres no Brasil.

Quais os principais desafios institucionais e socioculturais a senhora enfrentou na luta por Justiça?

Muitos foram os desafios, primeiro enfrentei o preconceito e a discriminação. Até a pergunta “O que a senhora fez para merecer esse tiro?”, eu ouvi de um apresentador de programa de rádio, em entrevista ao vivo. Na época em que fui vítima de violência doméstica, no ano de 1983, não existia nem mesmo delegacia da mulher no País. A primeira foi inaugurada em São Paulo em 1985. O assunto era muito invisibilizado e era tratado como um problema particular a ser resolvido entre quatro paredes. Tive que ter muita coragem para contar a minha história, mostrar a minha cara, me aproximar do movimento de mulheres e lutar por justiça. Lutei 19 anos e seis meses para ver o meu agressor punido, durante todo esse tempo me senti órfã do Estado e da Justiça.

Quando o caso da senhora começou a ter um desfecho?

Somente quando meu caso chegou às esferas internacionais, pude ver a justiça começar a acontecer. O Brasil foi responsabilizado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos e recebeu uma série de recomendações (caso 12.051 Maria da Penha x Brasil) para cumprir. Entre elas, a prisão do meu agressor e, a meu ver, a mais importante de todas: a recomendação de que o Brasil precisava mudar as suas leis, pois da forma como estava o País estava sendo conivente com a situação da violência doméstica. A partir dessa recomendação, começou a ser criado o ambiente da Lei Maria da Penha. Costumo dizer que a minha luta começou muito sozinha e com muita dor e sofrimento, mas ao final a minha maior vitória não foi a condenação do meu agressor, mas foi a criação de

uma Lei, batizada com o meu nome, que veio para resgatar a dignidade da mulher brasileira.

Como a promulgação da Lei Maria da Penha impactou a sociedade e as instituições brasileiras?

Foi um divisor de águas! Primeiro porque a Lei traz em seu texto que os municípios devem criar as políticas públicas para atender à Lei Maria da Penha, como a Delegacia da Mulher, o Centro de Referência da Mulher, a Casa Abrigo e o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além do Núcleo de Gênero da Defensoria Pública e do Ministério Público. Esses equipamentos são fundamentais para a mulher em situação de violência conseguir romper com o ciclo da violência no qual está inserida. No entanto, sabemos que eles só existem nas grandes cidades e nas capitais. Os municípios menores e interioranos são quase desassistidos dessas políticas públicas.

Como a senhora avalia as mudanças na Lei?

Sempre escuto perguntas sobre o que precisa ser mudado na Lei Maria da Penha e respondo que a Lei é muito nova e não necessita de mudanças, mas ser implementada e corretamente aplicada. Outro ponto que gostaria de destacar é que pesquisas indicam que a Lei Maria da Penha é conhecida por 99,9% da população brasileira. Embora as pessoas não conheçam a Lei profundamente, mas sabem que existe. Isso já é um avanço.

O Estado brasileiro está preparado para acolher as mulheres vítimas de violência?

É extremamente necessário o compromisso dos gestores públicos com a causa das mulheres, pois a mulher em situação de violência precisa ter onde recorrer quando decide denunciar. Esta é uma das maiores bandeiras de luta do Instituto Maria da Penha. Todo município, por

“O Poder judiciário tem um papel fundamental na aplicação da Lei Maria da Penha. Por isso é necessária a capacitação periódica de juízas e juizes que atuam diretamente na área da violência doméstica e familiar contra a mulher”

ENTREVISTA

menor que seja, precisa ter pelo menos um Centro de Referência da Mulher dentro de uma unidade de saúde.

De que forma as instituições contribuem, mesmo que indiretamente, na existência de fatos da violência contra a mulher?

Muitas vezes temos conhecimento da violência institucional que as mulheres são acometidas, inclusive dentro das próprias políticas públicas de atendimento à mulher. Isso se dá também pela falta de capacitação continuada dos profissionais que atendem na Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A Lei Maria da Penha traz em seu artigo oitavo, inciso sétimo, a necessidade

de “capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciadas no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia”. Porém, isso nem sempre é implementado.

Como a Lei Maria da Penha contribuiu e tem contribuído para a implementação de políticas públicas contra a violência doméstica e de proteção às mulheres?

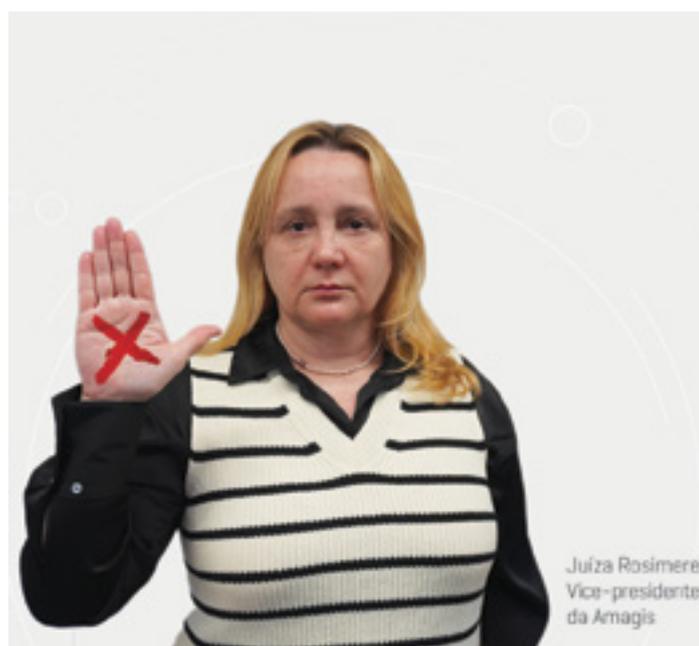
O artigo oitavo da Lei Maria da Penha trata especialmente sobre esse tema. Antes dela, existiam algumas Delegacias da Mulher, mas a Lei trouxe a necessidade de implementação de outras políticas públi-

cas também com o papel de acolhimento e prevenção da violência doméstica. A Lei determina ainda que estas políticas públicas devem ser compostas de equipes multidisciplinares com psicólogas, assistentes sociais e assistência jurídica para atender a mulher em todas as suas necessidades.

Qual papel o Poder Judiciário pode desempenhar na luta para pôr fim à violência contra mulher?

O Poder judiciário tem um papel fundamental na aplicação da Lei Maria da Penha. Por isso, é necessária a capacitação periódica de juízas e juizes que atuam diretamente na área da violência doméstica e familiar contra a mulher.

“Sempre escuto perguntas sobre o que precisa ser mudado na Lei Maria da Penha e respondo que a Lei é muito nova e não precisa de mudanças, precisa ser implementada e corretamente aplicada”



Sinal vermelho contra a violência doméstica

Juiza Rosimere do Couto
Vice-presidente Administrativa
da Amagis

CNU CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA TJMG Associação dos Magistrados Brasileiros AMAGIS ASSOCIAÇÃO MAGISTRADO BRASILEIRO AMAGIS

APP PICCHIONI CÂMBIO

Sua operação de moeda estrangeira de maneira rápida e simples em qualquer lugar.

Associação AMAGIS têm desconto especial na compra de dólar e euro. Use os cupons: **USDAMG | EURAMG**

Delivery gratuito para BH e região.*
*Consulte condições.

PICCHIONI CÂMBIO
Central de Atendimento: (31) 3517.0000
Site | Loja virtual: www.picchioni.com.br
Instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil | Ouvidoria: 08006017100.

*imagens meramente ilustrativas.



Conheça nossos leilões judiciais eletrônicos...

Leiloeiros devidamente cadastrados no sistema
AJG | Resolução 882/2018 artigo 18 (indicação direta)



Escaneie o QR Code

Realize leilão com quem é especialista

0800 242 2218

indicacao@mgl.com.br

Administrador Judicial

Administração judicial, promovendo o planejamento de recuperações de empresas.

Advogados

Habilitação e movimentação processual, assessoria e correspondência jurídica.

Peritos

Elaboração de relatórios e laudos técnicos, cumprindo as determinações impostas sempre com a presteza e eficiência.

Economistas

Previsão econômica para empresas, elaboração de planejamento de aplicações financeiras e perspectiva macro micro econômica.



GRUPOCRÉDITO

Soluções para todas as fases processuais

Presidente recebe dirigentes do TJMG na Associação



Luiz Carlos e Rosimere do Couto reúnem-se com a 3ª vice-presidente, Ana Paula Caixeta; e o corregedor-geral Corrêa Júnior

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, no dia 28 de julho, o corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, e a 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Ana Paula Nanneti Caixeta. A vice-presidente de Saúde, Rosimere das Graças do Couto,

participou do encontro com a magistrada.

Durante a conversa com o presidente da Associação, o corregedor-geral de Justiça falou sobre suas metas ao biênio 2022/2024, e reafirmou sua disposição para o diálogo e parceria com a Magistratura, visando a eficiência, qualidade e satisfação dos usuários do Judiciário.

Em sua visita, a desembargadora Ana Paula também falou sobre seus planos, que tem como eixos os investimento na cultura da paz, por meio de políticas públicas autocompositivas e sua efetiva execução, e a admissibilidade recursal cível e criminal.

Nos encontros, o presidente Luiz Carlos reafirmou a parceria da Amagis com o

TJMG, destacou a relevância das propostas para o Judiciário e colocou a Amagis à disposição dos magistrados em favor de uma gestão exitosa.

Os desembargadores Corrêa Junior e Ana Paula Caixeta ainda concederam entrevistas ao programa de TV, Pensamento Jurídico, produzido pelo Departamento de Comunicação da Amagis.

Amagis e OAB-MG reforçam diálogo institucional

A Diretoria da Amagis recebeu, no dia 2 de agosto, na sede da Associação, o presidente da OAB-MG, Sérgio Rodrigues Leonardo, e o procurador-geral de Prerrogativas da Ordem, Giovani Kaheler, para tratar de interesses da Magistratura e da advocacia.

Na avaliação do presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, o encontro com a diretoria da OAB foi muito positivo. Ele observou que as instituições possuem pautas comuns às duas classes. “Somos parceiros nas atividades forenses e temos interesses comuns nas atividades associativas. Portanto, encontros como esse são uma grande oportunidade para estreitar os laços entre as instituições e reafirmar a harmoniosa convivência entre as entidades”, afirmou.

Segundo o presidente da OAB-MG, o



Luiz Carlos e Diretoria recebem o presidente da OAB, Sérgio Leonardo

encontro teve como objetivo estreitar as relações institucionais. “A Amagis e a OAB somam forças em favor da advocacia e da Magistratura, fortalecendo, consequente-

mente, a sociedade mineira. Estamos em sintonia e nosso compromisso é firmado com base no pilar da defesa do Estado Democrático de Direito”, disse.

TRE-MG enaltece Luiz Carlos em sessão de despedida

IZABELA MACHADO

A Corte Eleitoral do TRE-MG homenageou, em 13 de julho, o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, presidente da Amagis, que, na ocasião, participou de sua última sessão como integrante do colegiado. O mandato do magistrado no Tribunal Eleitoral terminou no dia 27 do mesmo mês.

Em nome da Corte, o presidente do TRE-MG, desembargador Maurício Soares, falou sobre a convivência harmoniosa com o juiz. “Luiz Carlos é uma pessoa sensível e de trato fácil com todos os colegas. Ele nos ensinou a trazer conteúdo de sensibilidade para os autos e isso é muito importante. Somos muito gratos pela convivência e companhia de Luiz Carlos Rezende e sentiremos muita falta de sua presença na Corte”, afirmou.

O vice-presidente e corregedor-eleitoral do TRE-MG, desembargador Octavio Boccalini, disse que Luiz Carlos somou e multiplicou qualidades em prol do Tribunal. “Visão humanizadora, apaziguadora, civilizadora, dedicação, energia que se expande: essa é a sua marca, a marca que registramos em



Maurício Soares, presidente do TRE-MG, ressaltou a dedicação de Luiz Carlos

nossa consciência e que fica imperturbável na qualidade de memória deste TRE pela passagem de Luiz Carlos Rezende e Santos”, disse.

Em seu agradecimento, Luiz Carlos ressaltou que atuar no TRE-MG foi um prêmio na carreira e período de grande aprendizado com os membros da Corte Eleitoral. “Hoje, me despeço com muita

vontade de permanecer. A sensação que tenho, agora, é aquela do pôr do sol, como a certeza do ciclo da vida. Tenho uma tranquilidade muito grande em entender cada ciclo que passa, cada momento que se vai, cada momento que chega. A maior gratidão que tenho é ter sido compreendido e ter a certeza de que fiz o melhor que era possível”, comentou.

GSI do TJ homenageia membro da Coordenadoria de Segurança da Amagis

ARQUIVO PESSOAL

Os integrantes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), do TJMG, que representam os Bombeiros, a Polícia Militar e Polícia Civil de Minas Gerais homenagearam, em 13 de julho, o juiz Jair Francisco dos Santos, vice-presidente de Saúde da Amagis, que atuou no grupo por quatro anos (2018 a 2022). O magistrado também é membro da Coordenadoria de Segurança da Amagis desde o dia 29 de junho.

O juiz Jair Francisco dos Santos agradeceu aos membros do GSI pela experiência vivida. “Nesses quatro anos, aprendi muito com cada um dos servidores da equipe do Gabinete de Segurança Institucional. A eles, minha gratidão pela dedicação, amizade e lealdade que sempre tiveram durante o tempo em que atuei como coordenador de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça”, afirmou.



Jair Francisco e os integrantes do GSI do Tribunal

INSTITUCIONAL

RECONHECIMENTO

Gilson Lemes é homenageado por gestão no TJMG

A Diretoria da Amagis homenageou, no dia 4 de agosto, o desembargador Gilson Soares Lemes pelo trabalho desenvolvido no TJMG em prol da sociedade, do Judiciário e da Classe, no período em que o magistrado presidiu o Tribunal.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, comentou sobre sua satisfação em receber todos na Associação para a homenagem. Ele observou que, no dia 1º de julho, a Amagis manifestou reconhecimento a todos os membros da direção do Tribunal no biênio 2020-2022. Na ocasião, Gilson Lemes não pode comparecer por ques-

tões de agenda.

Em seu agradecimento, o desembargador Gilson Lemes disse que recebia a homenagem com satisfação e alegria. “Ser homenageado nesta Casa e ouvir isso tudo dos colegas é um filme que jamais passou na minha cabeça. Vocês não têm noção da alegria e contentamento que tenho neste momento. Esta homenagem, que recebo aqui na Amagis, foi uma das mais belas, pela sinceridade dos colegas”, afirmou.

Também estiveram presentes, a desembargadora Márcia Milanez, o vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Jair Francisco dos Santos,

TIAGO PARRELA



Diretores da Amagis e magistrados com Gilson Lemes

vice-presidente de Interior da Amagis, juiz Lourenço Migliorini, o ouvidor da Associação, juiz Auro Aparecido Maia de Andrade, a diretora secretária, juíza Ivone Campos Guillar-

ducci, a diretora do Parque Esportivo, juíza Maria Isabel Fleck, a juíza Miriam Vaz Chagas, a juíza Edinamar da Silva Costa, o juiz Evaldo Elias Penna Gavazza e o juiz Delvan Barcelos.



OURO MINAS. O HOTEL OFICIAL
DA AMAGIS EM BELO HORIZONTE.
Associados AMAGIS têm tarifa especial.

MAIS INFORMAÇÕES:
(31) 3429-4001 | (31) 99463-4001
RESERVAS@OUROMINAS.COM.BR
OUROMINAS.COM.BR


OUROMINAS
HOTEL & EVENTS

Simplificar o Direito descomplica o universo jurídico

No Brasil, há uma
brutal diferença
entre o português
falado nos tribunais e
academias e aquele
coloquial

RENATO ZUPO*

Os casos judiciais americanos Roe x Wade e Miranda x Estado do Arizona representaram um marco para o Direito Internacional. No primeiro, se autorizou a interrupção da gravidez através do procedimento de aborto e, no segundo, se estabeleceram critérios que garantissem o direito individual do preso suspeito de não se autoincriminar. Ficaram logo celebrizados na imprensa e pelas ruas dos Estados Unidos e do mundo, não somente por sua importância, mas porque decisões proferidas em inglês standard, de fácil compreensão e racionalização, em linguagem próxima do falar das ruas.

No Brasil, há uma brutal diferença entre o português falado nos tribunais e academias e aquele coloquial, seja rural ou urbano. É abissal a defasagem entre as linguagens, a tal ponto que um professor da rede pública, amigo, me reclama de seus apuros pós-pandemia, em que está acolhendo em salas de aula aos filhos da classe média arruinada e que não mais suporta pagar mensalidades escolares caras. Com esse fenômeno, ele me explica, há duas linguagens em sala de aula: a do pobre da comunidade e a do filho da classe média, quase como se fossem dois idiomas distintos. E o professor trafega entre um e outro tentando fazer conectarem-se dois mundos culturalmente distantes, como intérprete ou tradutor.

A linguagem surge como um fenômeno cultural que garante ao homem permanecer em grupos cada vez maiores, nos primórdios da civilização. É dos bandos de caçadores e coletores da pré-história que surgem as crenças comuns exteriorizadas, primeiro, pelo grunhido e, depois, pela palavra pensada, ainda que gutural, e 'é deste pensar coletivo e comunicado entre conterrâneos que vão nascer as sociedades, primeiro, primi-

tivas e, depois, politicamente organizadas: o Estado, finalmente!

Para a organização política e, para a coesão entre o Estado e o povo, é imprescindível a comunicação por meio da palavra que, é claro, deve ser compreendida. No Brasil, há muitos Brasis e em nenhum deles se fala com a correção, a erudição e a empáfia utilizadas nos tribunais e cortes de justiça brasileiros. Eis a conclusão inexorável: nós operadores do Direito somos gongóricos (a expressão também é vetusta). Não precisaríamos sê-lo. Quando proferimos decisões que nos afastam do linguajar normal das ruas, sentenças e pareceres e petições que não serão entendidas pelo cidadão comum, aí é que nos afastamos mais ainda do povo, do cidadão jurisdicionado. Fazemos pior: tornamos o Poder Judiciário uma esfinge inexplicável.

É urgente a necessidade de simplificação de terminologias e adequação

“Quando proferimos decisões que nos afastam do linguajar normal das ruas, sentenças e pareceres e petições que não serão entendidas pelo cidadão comum, aí é que nos afastamos mais ainda do povo, do cidadão jurisdicionado.”

“Estamos falando aqui do brasileiro médio, medianamente informado e formado. É ele que deve entender a sentença que o condena, a intimação que o convoca, a defesa de seu advogado. Se ele lê e não entende, algo há de errado no discurso jurídico.”

de palavras ao linguajar corriqueiro do povo, é claro sem esquecer do verdadeiro significado da erudição e do conhecimento, do floreio literário que serve para adornar e tornar mais palatável o discurso jurídico, por vezes, acético, sem gosto, sal e paladar. É possível escrever ou falar bonito em uma sentença ou sustentação oral sem ser pedante e sem recorrer a vocábulos do já esquecido direito reinol ou do português lusitano castiço e antigo que (insisto sempre) não é mais o mesmo idioma que utilizamos.

A ignorância do brasileiro para com o próprio idioma apresenta-se como um grande problema. Grande parte de nossa população é formada de analfabetos funcionais que não conseguem interpretar textos, por mais simples que sejam. Estes cidadãos de pouquíssimas letras não entenderiam qualquer peça jurídica, por mais singela que fosse. Este não pode e nem deve ser o alvo da simplificação da linguagem jurídica. Estamos falando aqui do brasileiro médio, medianamente informado e formado. É ele que deve entender a sentença que o condena, a intimação que o convoca, a defesa de seu advogado. Se ele lê e não entende, algo há de errado no discurso jurídico. Muito errado.

Por isso, escrevi a obra “Simplifica Direito – o Direito sem as Partes Chatas”, hoje já em sua segunda edição, que divulgo com palestras e oficinas literárias no Brasil e no exterior, para público lusófono. Precisamos aproximar o Direito do jurisdicionado, sob pena de perder a coesão com o povo, imprescindível para a formação e a manutenção das sociedades modernas, desde os priscos idos do mundo até hoje.

(*) Juiz da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Araxá (Alto Paranaíba). Autor de vários livros, entre eles o Simplifica Direito, referência para este artigo.

Magistrados unem teoria e prática em sala de aula

No início deste mês, futuros bacharéis de Direito retornaram às aulas. Nesse período, reencontraram colegas e professores, entre os quais magistrados como os desembargadores Newton Teixeira Carvalho e Lilian Maciel dos Santos, que têm na docência mais do que uma profissão, mas a vocação daqueles que compartilham seu conhecimento e conduzem os alunos em seu aprendizado.

A relação da desembargadora Lilian Maciel com a docência vem da infância. A mãe da magistrada, Rita Maria Maciel, foi professora e dedicou a vida profissional ao ensino. “O amor e a vocação de minha mãe me fizeram admirar ainda mais a atividade de professor e querer seguir esse caminho desde 2004”, disse Lilian Maciel que leciona na Faculdade Milton Campos e no Ibmec.

Para o desembargador Newton Teixeira, que é professor na Escola Superior Dom Hélder Câmara há 15 anos, foi no mestrado que seu interesse pela docência surgiu. “Achei interessante repassar um pouco do que sabia em minha profissão (de juiz) para as pessoas, diante inúmeros erros praticados por advogados, em juízo. Entendi que poderia ajudar a todos, em busca de uma solução mais rápida e correta”, comentou.

Os magistrados, seja pelo rigor do concurso ou exigências do dia a dia da atividade judicante, precisam ter domínio do Direito. No entanto, como observam os desembargadores, somente o conhecimento específico não é suficiente para a sala de aula. Na avaliação de Newton Teixeira, além de ter compreensão da didática, da transmissão do conhecimento, é importante ao magistrado docente ter sólida formação filosófica, sociológica e uma cultura generalista.

Para Lilian Maciel, o fato de o magistrado docente ter um raciocínio lógico-jurídico, possibilita um ensinamento voltado também para a prática jurídica,

MIRNA DE MOURA/TJMG



“O amor e a vocação de minha mãe me fizeram admirar ainda mais a atividade de professor”

Desembargadora Lilian Maciel

capaz de contribuir para o desenvolvimento, nos alunos, das habilidades necessárias para o mercado de trabalho.

A desembargadora considerou que há uma simbiose entre a atividade docente e judicante, pois, de acordo com ela, quando os magistrados docentes conseguem conjugar a teoria com a prática, trazendo casos concretos, mostrando a realidade aplicada dos institutos jurídicos, o entendimento dos conceitos fica muito mais fácil para o aluno.

O desembargador Newton Teixeira também compartilha do ponto de vista de que o conhecimento prático contribui muito em sala de aula. Segundo o magistrado, várias dúvidas dos profissionais do Direito não podem ser esclarecidas somente nos livros, e o conhecimento prático do juiz diminui a distância entre a teoria e a prática.

RENATA CALDEIRA/TJMG



“Formo pessoas, aptas a questionar e não aceitar as coisas passivamente”

Desembargador Newton Teixeira

Sobre a relação entre Magistratura e docência, Newton Teixeira observou que, como professor, pode criticar o que entende como errado, inclusive a jurisprudência. Na atuação judicante, o magistrado disse não ter essa liberdade, pois fica mais preso à letra da lei. “Formo pessoas, aptas a questionar e não aceitar as coisas passivamente”, afirmou.

No entendimento da desembargadora Lilian Maciel, há mais convergências do que limites na relação entre a Magistratura e docência, uma vez que o magistrado exerce papel de professor fora de sala de aula quando, por exemplo, supervisiona um estagiário de seu gabinete. E quando é professor, sua experiência na judicatura enriquece as aulas. “Não tenho dúvidas de que dá muito certo a escolha desse duplo “M” como costume brincar: Magistratura e Magistério”, avaliou.



Andreísa, uma amiga que a Magistratura me concedeu

Magistrados em luto pela perda de uma batalhadora incansável no agir da Justiça e do Direito

CÍNTIA FONSECA NUNES JUNQUEIRA DE MORAES*

Fui incumbida de prestar uma homenagem à querida Andreísa, juíza exemplar que nos deixou precocemente. Emocionada com tamanha honraria, inicio lembrando de sua chegada na Comarca de Uberaba: com modos discretos, olhar amável, animada e disposta a abraçar a Magistratura, como de fato abraçou.

Não nos conhecíamos, apesar de sermos do mesmo concurso público, mas logo nos tornamos amigas, confidentes e parceiras de trabalho.

Andreísa vinha de longe, oriunda de Cruzeiro/SP, não fazia ideia de como era a região do Triângulo Mineiro. Porém, não demorou para afeiçoar-se ao povo e à cidade. Gostou tanto da região que fez sua carreira no périplo de Uberaba, passando pelas Comarcas de Ituiutaba e Araxá onde deixou cravadas marcas de operosidade, dedicação e competência. Firme e atuante era respeitada e admirada pelos seus pares, jurisdicionados e pela classe jurídica.

Muito humana, depois de anos de dedicação à 4ª Vara Cível de Uberaba, removeu-se para a 1ª Vara de Família e Sucessões onde atuou, buscando sempre a conciliação entre as partes, conseguindo ver, por entre as lentes do fato, o direito aplicável

para uma solução favorável aos envolvidos, compreendendo as mazelas familiares e cuidando para que a família não fosse “quebrada” em uma contenda judicial.

Andreísa teve existência breve, entretanto, intensa no senso de justiça, na amizade, na generosidade e no amor ao próximo, deixou sua marca indelével na terra.

A Magistratura está de luto pela perda de uma batalhadora incansável no agir da Justiça e do Direito.

Tenho o dever de registrar aqui o quanto era grata ao firme apoio e auxílio recebidos de nossa Associação durante os dias difíceis de enfermidade.

Adotou e foi adotada por Uberaba. Foi abençoada e feliz ao lado da família querida que constituiu: Guilherme, seu esposo amado, e seus filhos, Frederico e Tiago, amadíssimos. Fui testemunha da demonstração de carinho e gratidão por todo o

“Andreísa teve existência breve, entretanto, intensa no senso de justiça, na amizade, na generosidade e no amor ao próximo, deixou sua marca indelével na terra.”



Andreísa Alvarenga Martinoli Alves

amor recebido de Guilherme e do amor incondicional para com este e com os filhos.

Andreísa partiu para Deus no último dia 10 de julho após um ano de luta corajosa com serenidade, fé, aceitação e paz, envolvida pela doçura e amor profundo dos entes queridos.

Deixa um legado de amor e saudade em cada palpitar do nosso coração.

Uberaba, 20 de julho (Dia do Amigo) de 2022.

(*) Juíza do Juizado Especial Cível, Criminal e da fazenda Pública Comarca de Uberaba



O NUTRIS MERECE O SEU APOIO!

O Nutris, entidade social mantida pela Magistratura mineira e que atende a cerca de 200 crianças de famílias com baixa renda em Belo Horizonte, está ampliando seu espaço físico para receber mais crianças a partir de 2019. Mas, para isso, precisa e merece receber seu apoio e contribuição!

Para saber como ajudar, entre em contato:

No Nutris: (31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)
Na Amagis: (31) 3079-3471 (Falar com Arlane)



DESCANSO E LAZER

COLÔNIA DA AMAGIS

Caxambu é opção para a família

Há 25 anos, o juiz Carlos Márcio de Souza Macedo, da Comarca de Betim (Região Metropolitana de BH), e a família frequentam a Colônia de Férias de Caxambu (Sul de Minas), por considerarem o local agradável e ideal para visitantes de todas as idades.

Além do Parque das Águas de Caxambu, com suas 12 fontes de águas minerais medicinais, o magistrado recomendou aos turistas os passeios de charrete e teleférico, visitarem a feira de artesanato e conhecer a história de Nhá Chica, na cidade Baependi, que fica a cerca de cinco quilômetros dessa cidade.

Carlos Macedo também costuma aproveitar sua estada para ir à fábrica de doces, apreciar um bom vinho e uma massa servidos nos restaurantes da cidade, como na Pizzaria Nova Tarantela, e ir até Itamonte, há 50 minutos de Caxambu, para saborear um peixe na Truticultura Sobradinho - Truta Morita.

Para o magistrado, as instalações da Colônia de Caxambu, com apartamentos bem equipados e aconchegantes, tornam a estada do associado bastante agradável. “Sempre que pudermos, nos hospedaremos na Colônia de Férias de Caxambu. Adoramos o local, onde nos sentimos em casa”, afirmou Carlos Macedo. **Veja ao lado algumas dicas do juiz.**

ARQUIVO PESSOAL



Juiz Carlos Souza Macedo e família no Parque das Águas, em Caxambu

✓ DICAS DO MAGISTRADO

CAXAMBU:

- Parque das Águas
- Passeios de charrete e teleférico
- Feira Sabor e Arte
- Mercado de artesanatos
- Fábrica de doces

BAEPENDI:

- Santuário Nhá Chica

ITAMONTE:

- Truticultura Sobradinho - Truta Morita



PLANO REFERÊNCIA

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, encontrou-se, no dia 20 de julho, com o presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Fernando Martelleto, que estuda o modelo de plano de autogestão e tem a Amagis Saúde como referência para a Adep-MG. O desembargador, Bruno Terra Dias, ex-presidente da Amagis, também participou da reunião, realizada na Adep-MG.

EU LEIO O DECISÃO

O Jornal DECISÃO é de grande importância para os magistrados, pois traz matérias de real interesse da Magistratura. Posso constatar a evolução havida na comunicação durante os 20 anos, pois, antes, as notícias eram divulgadas para os colegas de forma precária, mas hoje temos um jornal à altura da evolução decorrente, sobretudo, da independência do Judiciário! As Diretorias que se sucederam estão de parabéns por dar continuidade a esse jornal moderno para manter informados os associados!

Desembargador Reynaldo Ximenes

AMAGIS



CULTURA

CURADORIA

MIRNA DE MOURA / TJMG



DESEMBARGADOR
LUCIANO PINTO

FILME

O Americano Tranquilo

O filme é baseado no romance 'O Americano Tranquilo', do escritor Graham Greene, e há duas versões. Recomendo a segunda, dirigida por Philip Noyce, na qual o produtor e ator britânico Michael Caine interpreta Thomas Fowler, um correspondente veterano do jornal London Times. A trama se desenvolve na antiga Saigon, no Sul do Vietnã, rebatizada como Ho Chi Minh, e tem como pano de fundo a transição entre o período da luta contra a colonização francesa e a chegada das tropas norte-americanas no país asiático. Nesse contexto, Fowler enfrenta os percalços da vida, numa relação que envolve um agente da CIA e uma vietnamita.



ARQUIVO PESSOAL

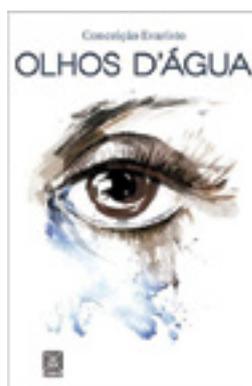


JUÍZA DANIELA
CUNHA PEREIRA

LIVRO

Olhos D'água

"É uma das escritas mais preciosas e um dos livros mais tocantes que já li, por isso literalmente indico esse livro para todo mundo. A Conceição Evaristo tem uma escrita que considero rara, bonita e tocante. Sou absolutamente encantada por esse livro e pela autora". Natural de Belo Horizonte, de origem humilde, Maria da Conceição Evaristo de Brito migrou para o Rio de Janeiro na década de 1970. Graduada em Letras para UFRJ, Conceição Evaristo é uma das autoras mais influentes do pós-modernismo no Brasil. Escreve poesias, romances, contos e ensaios e têm livros traduzidos e publicados no exterior.



11 DE AGOSTO

ACREDITAMOS NA JUSTIÇA E NOS MAGISTRADOS E MAGISTRADAS

63% CONFIAM NO STF*





2002

A criação do Centro de Convivência (Integramagis), em 2 de agosto, teve cobertura do jornal DECISÃO.

CULTURA



2011

O lançamento do Amor à Vida, em 18 de agosto, foi destaque na seção de Saúde do DECISÃO.

CADEIRA 29

José Fernandes Filho toma posse na Academia de Letras

“Seja bem-vindo à sua casa. Essa casa foi, é e sempre será sua”. Com essa saudação, o presidente da Academia Mineira de Letras, Rogério Tavares, deu as boas-vindas ao desembargador José Fernandes Filho, que tomou posse, no dia 24 de junho, na cadeira 29 da academia, cujo patrono é Aureliano Pimentel e o fundador é Lindolpho Gomes.

No discurso de recepção ao desembargador na AML, o acadêmico Patrus Ananias pontuou diversos momentos da trajetória de José Fernandes Filho e disse que a convivência com o magistrado fez crescer sua

compreensão sobre a grandeza moral e a compostura política do novo membro da academia. “Lições que nos marcam para sempre. Respeito às diferenças, sim; delicadeza sempre; subserviência nunca”, disse.

Em seu agradecimento, o desembargador falou da satisfação em tomar assento à cadeira 29, outrora ocupada por Milton Campos, Pedro Aleixo, Gustavo Capanema, Murilo Badaró e Affonso Arinos. “Assusta-me a enorme responsabilidade nos ombros. Se chego, como de fato chego, de mãos vazias, socorre-me a certeza de que,

GEÓRGIA BAÇVAROFF



José Fernandes Filho discursa na AML

cavalheiro do possível, serei responsável apenas pelo que puder fazer. Sei que diante de uma travessia longa e intransferível, a ela me entregarei inteiro e sem reservas, pronto para a hora qualquer que seja ela ou o seu sabor”, afirmou.

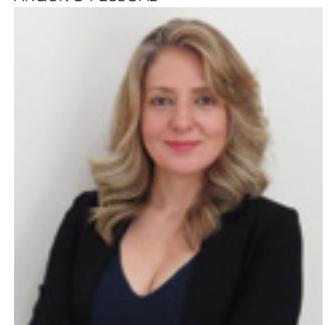
BRUNO GONTIJO



HERMENEGILDO DE BARROS

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o desembargador Tiago Pinto, ex-segundo vice-presidente do TJMG e ex-superintendente da Ejef, receberam, no dia 14 de julho, na sede da Associação, a visita de familiares de Hermenegildo de Barros. Em junho, a Amagis e Ejef lançaram a reedição em fac-símile da obra “Memórias do juiz mais antigo do Brasil”, de autoria de Hermenegildo de Barros (1866-1955).

ARQUIVO PESSOAL



EU LEIO O DECISÃO

É o meu canal de conexão com a Magistratura mineira e a minha fonte de atualização e de reencontros. Por estar no interior, o Jornal DECISÃO diminui a distância e me traz o sentimento de pertencimento e a certeza do quanto é importante o vínculo associativo. A publicação nos mantém atualizados das ações da Diretoria em favor da Classe, das iniciativas promovidas pela Amagis Saúde e nos permite conhecer melhor os colegas, seja na leitura de artigos ou matérias do jornal.

Solange de Borba Reimberg

2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Patos de Minas

MAGISTRATURA NA MÍDIA

1 05/07/2022



LEIA A NOTÍCIA



2 02/08/2022



LEIA A NOTÍCIA



3 11/07/2022



LEIA A NOTÍCIA



4 21/07/2022



LEIA A NOTÍCIA



5 27/07/2022



LEIA A NOTÍCIA



6 24/07/2022



LEIA A NOTÍCIA



PENSAMENTO JURÍDICO



INTELIGÊNCIA JUDICIÁRIA

O uso da inteligência judiciária nas ações e o aprimoramento contínuo da tecnologia estão entre as prioridades do TJMG para o biênio 2022-2024. Quais as metas e desafios? Como dar respostas aos milhões de processos? Para falar sobre esses e outros assuntos, conversamos com o desembargador Alberto Vilas Boas, 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça (foto).

DESIGUALDADE RACIAL

Desde 2015, 20% das vagas nos concursos públicos para os tribunais são reservadas para negros. Hoje, apenas 18% dos magistrados brasileiros são pretos ou pardos. O juiz Fábio Francisco Esteves, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, vencedor do Prêmio Desafio Lideranças Públicas Negras, falou sobre o tema nesta entrevista ao programa.

DESAFIOS DAS ELEIÇÕES

A Justiça Eleitoral chega aos 90 anos de atuação no País diante do maior desafio de sua história. Qual a importância da Justiça Eleitoral para a consolidação da democracia brasileira? Quais são os riscos enfrentados atualmente? O presidente do TRE-MG, desembargador Maurício Torres Soares, que irá presidir as próximas eleições em Minas Gerais, respondeu a essas perguntas durante entrevista ao Pensamento Jurídico.

RESGATE HISTÓRICO

A Amagis, em parceria com Ejef, do TJMG, lançou a reedição do livro “Memórias do juiz mais antigo do Brasil”, do magistrado e escritor Hermenegildo de Barros, mineiro de Januária, que presidiu o Tribunal e o STF. Qual a importância desse resgate histórico para a cultura brasileira? O desembargador Luciano Pinto, autor do estudo introdutório da obra, falou sobre o assunto.

CANAIS E PROGRAMAÇÃO

TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

Horários:

terça-feira, às 21h (inédito), quinta-feira, às 13h e domingo, às 4h30 (reprises)

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE



TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

ORATÓRIA E O JÚRI

Quais os estilos de oratória da acusação e da defesa que devem prevalecer? Como convencer os jurados da força das teses apresentadas? O júri pode condenar um inocente? O juiz Cleiton Luis Chiodi, da 3ª Vara Criminal e do Tribunal do Júri da Comarca de Caratinga (Vale do Rio Doce), e o promotor de Justiça Vinícius Alcântara Galvão, esclarecem essas questões. (Foto)

CRIMES DE ESTELIONATO

Os casos de estelionato no Brasil quase triplicaram nos últimos quatro anos. Minas Gerais é o terceiro estado do país com o maior número de ocorrências registradas. O juiz Gustavo Câmara Corte Real e o delegado Renato Nunes Guimarães, chefe da Divisão Especializada de Investigação aos Crimes Cibernéticos e Defesa do Consumidor da PCMG, falaram sobre esse tipo de crime.

RECORDE DE DIVÓRCIOS

Levantamento do Colégio Notarial do Brasil apontou que 2021 foi o ano com o maior número de divórcios no Brasil desde 2007. Foram registradas 80.573 separações no ano passado. O juiz Clayton Rosa de Resende, coordenador do Cejusc de Belo Horizonte, e o advogado Dimas Messias de Carvalho, presidente da Comissão de Direito de Família da OAB/MG, analisaram as causas desse aumento.

ESCUTA PROTEGIDA

A Lei da Escuta Protegida (Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017) completou cinco anos. O juiz Flávio Schmidt, da comarca de Muzambinho (Sul de Minas), e a promotora de Justiça Paola Botelho, do MPMG, discutiram os avanços, as dificuldades para a implementação do texto, e fizeram um balanço desses cinco anos de aplicação da lei, que estabelece os direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

VIA JUSTIÇA



CANAIS E PROGRAMAÇÃO

TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

Horários:

TV Justiça: quarta-feira, às 9h30 (inédito), domingo às 21h e terça às 4h (reprises)

TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

TV Assembleia:

Net e Oi TV (11), Sinal aberto digital (61,2) e analógico UHF (35)

TV

Assembleia

Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE



AMAGIS EM IMAGENS

IZABELA MACHADO



Diretoria da Amagis e magistrados recebem o jurista e desembargador Humberto Theodoro Júnior

CECÍLIA PEDERZOLLI



Juiz convocado Richardson Brant entra em exercício no TJMG

GEÓRGIA BAÇVAROFF



Presidente da Amagis e o juiz aposentado José Sérgio Palmieri

GEÓRGIA BAÇVAROFF



Juízes tomam posse como auxiliares da Corregedoria-Geral



Luiz Carlos e o vereador Cláudio do Mundo Novo

Geriatría visa ao envelhecimento saudável

Comumente, a geriatría é vista como especialidade médica voltada exclusivamente para idosos. No entanto, como esclareceu a geriatra Marcelle Maksud, integrante da equipe do programa Amor à Vida, da Amagis Saúde, é importante que as pessoas procurem o geriatra cada vez mais cedo.

De acordo com a médica, o processo de envelhecimento dos indivíduos começa efetivamente a partir dos 30 anos e, apesar de formalmente a pessoa ser considerada idosa aos 60, a consulta ao geriatra dever ser feita já aos 50 anos. “É quando conseguimos prevenir as complicações que, porventura, o paciente tenha, doenças familiares e prepará-lo para o envelhecimento familiar”, ponderou Marcelle Maksud.

Segundo a geriatra, é comum que, nas consultas, os pacientes apresentem uma extensa lista de medicamentos, entre os quais estão os próprios remédios indicados para combater o efeito colateral causado por outro fármaco. “Nesses casos, a função do geriatra é orientar o paciente e orquestrar essa medicação”, alertou.

Outra reflexão proposta por Marcelle Maksud está relacionada com o fato de, geralmente, as pessoas associarem a geriatría à questão física, deixando de lado os aspectos psicológicos. “Muitos pacientes aproximam-se da aposentadoria sem uma perspectiva do que irão fazer após pararem de trabalhar. Essa mudança coloca uma série de questões para as pessoas, e o geriatra pode cumprir um papel

REPRODUÇÃO



Geriatra Marcelle Maksud

importante nesse momento”, disse.

Por essa interdisciplinaridade, conforme observou Marcelle Maksud, a geriatría é uma ciência que não abrange apenas a parte clínica, pois há uma multidisciplinaridade entre áreas afins, como a fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia e nutrição. “A geriatría tem uma importância cada vez maior na vida das pessoas, pois a tendência da expectativa de vida é sempre aumentar”, afirmou a especialista.

Agende sua consulta com os profissionais do ‘Amor à Vida’ pelo telefone (31) 3079-3472 ou envie uma mensagem de WhatsApp para (31) 99778-3177.

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Jair Francisco dos Santos

DIRETOR DE SAÚDE
Edison Feital Leite

DIRETORA FINANCEIRA
Flávia Birchal de Moura

CONSELHO GESTOR:
SEGUNDA INSTÂNCIA
Edison Feital Leite

Suplentes
Valéria Rodrigues Queiroz
Guilherme Azeredo Passos

JUÍZES DA CAPITAL
Flávia Birchal de Moura
Renato Luiz Faraco
Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Cláudia Aparecida Coimbra Alves

JUÍZES DO INTERIOR
Elxander Camargos Diniz
Josselma Lopes da Silva Lages
Suplentes
Fabiano Garcia Veronez
Marcelo Carlos Cândido

APOSENTADOS
Ana Maria de Oliveira Froes
José Nicolau Masselli

SUPLENTES
Maura Angélica Ferreira
José Maria dos Reis

OUIDOR DA AMAGIS SAÚDE
Auro Aparecido Maia de Andrade

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ATENDIMENTO AO ASSOCIADO

Quando devo procurar o setor de atendimento da Amagis Saúde?

Antes de agendar com o prestador de serviço, é importante entrar em contato com o setor de atendimento para solicitar autorização de exames, procedimentos e demais serviços de saúde. O associado também pode ser esclarecido sobre a cobertura do seu plano.

Quais os canais de atendimento?

O atendimento é feito pelos telefones (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 e (31) 3079-3481, de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h. Caso prefira, o associado pode obter as informações na sede da Amagis.

O que pode ocorrer caso não busque as informações previamente?

O atendimento no prestador de serviço pode ser mais demorado pela falta de autorização prévia, quando necessário, ou de exames complementares para a realização de um procedimento médico. Há também a possibilidade de o serviço não ter cobertura do plano.

E o plantão telefônico?

É exclusivo para atendimentos de urgência e emergência. De segunda a sexta-feira, o plantão funciona das 18h às 7h. Nos sábados, domingos e feriados por 24 horas. Os números para contato são (31) 99977-2860 ou (31) 3079-3454.

PROVAS DE 3, 5 E 10 KM

Regularidade pode garantir triunfo na 1ª Corrida da Amagis

FREEPIK.COM



Tempo será medido em chip na numeração

atletas inscritos que completarem o percurso escolhido vão receber uma medalha ao final do trajeto. Inscreva-se pelo site resultadofinal.com/corridaamagis ou escaneando o QR Code ao lado.

INSCREVA-SE



No dia 28 de agosto, magistrados e magistradas de todo o Estado irão pôr em prática os treinos do dia a dia na 1ª Corrida da Amagis. A regularidade pode garantir o pódio para os competidores nos percursos de cinco e dez quilômetros. A caminhada, feita em três quilômetros, terá caráter participativo.

Com largada simultânea, as provas estão previstas para iniciar às 8h, e serão disputadas na Avenida Bandeirantes, no bairro Sion, em Belo Horizonte. Os resultados serão anunciados após a equipe de cronometragem apurar o tempo final de cada atleta. A aferição será feita a partir do chip instalado no número impresso do corredor, entregue aos competidores dias antes da prova junto com o kit que inclui a camisa do evento e meia de cano baixo. O chip é descartável.

O uso desse recurso faz com que a 1ª Corrida da Amagis seja uma prova de regularidade, e o pace – ritmo médio em que se percorre um quilômetro em minutos – pode fazer toda diferença, pois, quanto mais baixo o ritmo, o pace me-

lhora o rendimento do atleta e menor será o seu tempo ao final da prova.

Conhecer o seu ritmo durante a corrida é importante para que o atleta possa definir qual a distância da prova que pretende disputar. Aplicativos de celular e dispositivos, como relógios e pulseira inteligentes, são capazes de calcular o pace de cada pessoa.

INSCREVA-SE

As inscrições terão o valor de R\$ 50,00 no primeiro lote, cujo público são magistrados e magistradas, seus dependentes e agregados na Associação. No segundo lote, a taxa será de R\$ 60,00 e a participação será aberta para servidores do judiciário, defensores públicos, promotores do estado e do município de Belo Horizonte, e colaboradores da Amagis e da Amagis Saúde.

Parte dos valores arrecadados será revertida para o Núcleo de Trabalho de Integração Social (Nutris). Haverá premiação especial para os três primeiros colocados geral nas provas de cinco e dez quilômetros. Todos os

